

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL  
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - NEAD  
CURSO DE PEDGOGIA A DISTÂNCIA

MARIA LIDIANE SILVA COSTA DE ALMEIDA  
VERÔNICA DE FARIAS VIANA DÔNIO

**EDUCAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE – DIVERSIDADES E AS  
CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE**

Maceió – AL  
2019

MARIA LIDIANE SILVA COSTA DE ALMEIDA  
VERÔNICA SILVA DE FARIAS

**EDUCAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE – DIVERSIDADES E AS  
CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE**

Trabalho de Conclusão de Curso, orientado pela prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Valeria Campos Cavalcante, do Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, como requisito para obtenção do título de licenciadas em Pedagogia.

Maceió - AL  
2019

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecário Responsável: Jone Sidney Alves de Oliveira - CRB4 - 1485

A447e Almeida, Maria Lidiane Silva Costa de.  
Educação na contemporaneidade : diversidades e as contribuições de Paulo Freire.  
/ Maria Lidiane Silva Costa de Almeida, Verônica de Farias Viana Dônio. – 2019.  
28 f.

Orientadora: Valéria Campos Cavalcante.  
Artigo (Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia : licenciatura) –  
Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação. Maceió, 2019.

Bibliografia: f. 27-28.

1. Educação. 2. Diversidade. 3. Professores - Formação. I. Título.

CDU: 371.13



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL  
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDU  
CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA

**Ata de sessão de Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia  
na Modalidade de Educação a Distância**

Ao 01 (primeiro) dia do mês de outubro de 2019 foi instalada a Sessão de Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC do Curso de Pedagogia na Modalidade de Educação a Distância, do Centro de Educação (CEDU), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), às 10h00, na Sala de Seminários, a que se submeteu o/a(s) licenciando/a(s) **Maria Lidiane Silva Costa de Almeida e Verônica de Farias Viana Dônio**, apresentando o trabalho intitulado: **Educação na contemporaneidade – diversidades e as contribuições de Paulo Freire**, como requisito parcial para a obtenção de grau de Licenciado/a(s) em Pedagogia, tendo como Banca Examinadora, já referendada pelo Colegiado do Curso, o Profa. Dra. Janayna Paula Lima de Souza Santos (UFAL/PENEDO) e o Prof. Msc. Marcos Paulo de Oliveira Sobral (UFAL/PENEDO), sob a presidência da Profa. Dra. Valeria Campos Cavalcante (CEDU/UFAL).

Analisando o trabalho, a Banca atribuiu a seguinte menção:

APROVADO

REPROVADO

OBSERVAÇÃO: Atender as orientações de banca  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Local: Raças Data: 01/10/2019

Valeria Campos Cavalcante  
Orientador(a)

Janayna Paula L. Santos  
Avaliador(a)

Marcos Paulo de Oliveira Sobral  
Avaliador(a)

## RESUMO

A elaboração deste artigo teve como objetivo abordar questões referente a prática pedagógica contemporânea, levando em consideração as diversidades dos estudantes, numa perspectiva de (re)orientação dos princípios educacionais adaptados às necessidades reais dos estudantes, marcada pela pluralidade de demandas e novas configurações em torno dos processos de ensinar e de aprender, e sobretudo de lidar com as diversidades dos educandos, e os desafios que ela nos traz na relação com o outro, alicerçando aprendizagens significativas no âmbito escolar. Propõe-se refletir de que maneira as escolas estão possibilitando uma educação dialógica, ética e libertadora que respeite as diversidades dos estudantes, sobretudo dos jovens. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, na qual a discussão que surge é a continuação da afirmação de autores que já dissertaram sobre o tema (GIL, 2002). O estudo constatou sob o prisma Freireano que a educação deve ser vista como uma prática que respeita as diferenças, valorizando o diálogo, dando ênfase que o conhecimento se constrói em uma parceria entre os indivíduos e o mundo. Dessa forma, o educador tem como função estimular o aprendizado e tornar sua identidade sensibilizada para reconhecer os conhecimentos prévios, a visão de mundo que o educando traz para o espaço escolar (FREIRE, 1998), este por sua vez deve assumir-se como ser histórico e social, ser pensante e transformador de sua história.

Palavras-chave: Pedagogia; Diversidade; Estudantes; Educador; Formação Docente.

## ABSTRACT

The purpose of this article was to address issues related to contemporary pedagogical practice, taking into account the diversity of students, in a perspective of (re) orientation of educational principles adapted to the real needs of students, marked by the plurality of demands and new configurations around the processes of teaching and learning, and especially dealing with the diversity of learners, and the challenges it brings us in relation to each other, underpinning meaningful learning in the school environment. It is proposed to reflect on how schools are enabling a dialogical, ethical and liberating education that respects the diversity of students, especially young people. This is a bibliographical research, in which the discussion that arises is the continuation of the statement of authors who have already disserted on the subject (GIL, 2002). The study found from the Freirean perspective that education should be seen as a practice that respects differences, valuing dialogue, emphasizing that knowledge is built on a partnership between individuals and the world. Thus, the educator's role is to stimulate learning and make his identity sensitized to recognize previous knowledge, the worldview that the student brings to the school space (FREIRE, 1998), which in turn must be assumed to be historical and social, to be thinking and transforming of its history.

Keywords: Pedagogy; Diversity; Students; Educator; Teacher training.

## INTRODUÇÃO

A elaboração deste artigo partiu da tentativa de compreender a Pedagogia como ciência da educação necessária à levantamento de reflexões, princípios e proposições educativas na sociedade contemporânea, historicamente marcada pela pluralidade de demandas e novas configurações em torno dos processos de ensinar e de aprender a lidar com a diversidade étnico racial e os desafios que ela nos traz na relação com o outro.

Diante dessas questões, surge a seguinte indagação: *De que maneira as escolas estão possibilitando uma educação dialógica, ética e libertadora que respeite a diversidade dos estudantes, sobretudo dos jovens?* Para tanto, partimos de uma pesquisa bibliográfica de autores, livros, sites e periódicos que abordem essa temática.

Para construção deste texto buscamos o percurso metodológico da pesquisa bibliográfica que para Gil (2002 pg. 44), “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Podemos concordar que a pesquisa bibliográfica é baseada em livros e outros escritos. A discussão que surge é a continuação da afirmação de autores que já dissertaram sobre o tema.

Nessa perspectiva, este artigo objetiva abordar a prática pedagógica contemporânea no contexto das seguintes vertentes pré-estabelecidas, a saber: processos de ensino-aprendizagem, relação dialógica entre professor e aluno face à diversidade cultural dos estudantes. Compreende-se ainda que a pedagogia ao longo dos anos vem sofrendo novas modificações, e a escola/professor busca atingir de maneira eficiente esses desafios contemporâneos.

Diversidade aqui entendida como variedade, diferença e multiplicidade, três questões que não se constroem no vazio e nem se limitam a ser nomes abstratos. Elas se constroem no contexto social e, sendo assim, a diversidade pode ser entendida como um fenômeno que atravessa o tempo e o espaço e se torna uma questão cada vez mais atual e presente nas escolas (GOMES, 2007).

Desta forma, é indispensável que haja uma compreensão da realidade do professor e aluno, cada um chega à escola com uma visão de mundo diferenciada do outro, pois advém do seu cotidiano e de suas vivências, seja qual for suas particularidades voltada para a cultura, religião e costumes próprios. No entanto, o professor, muitas vezes não tem formação suficiente para lidar com diferentes culturas

na sala de aula, neste sentido o ideal seria que o professor tivesse uma formação adequada para lidar com os sujeitos que estão chegando na escola e compreender se os processos de formação continuada contribuem para a construção de uma prática pedagógica que valorize a questão racial/inclusiva na escola como também o multiculturalismo.

A prática pedagógica é proveniente de longas narrativas, cada uma com suas peculiaridades e embates políticos, diariamente traz novidades que procedem do saber. Ciente que todo aprendizado está ligado ao planejamento, e este por sua vez anda lado a lado com a organização, sistematização, desmistificação de conteúdo e a busca constante por inovações, torna-se necessário a investigação e o estudo da configuração da pedagogia contemporânea e suas contribuições.

Dentro desse contexto, ressaltamos que Paulo Freire nos ensina que a educação para os oprimidos deve reconhecer a realidade, a linguagem, o saber do povo, de modo que sem respeito, humildade e amor ao mundo, à vida e aos homens, não é possível o diálogo no espaço escolar. É necessário perceber a importância que o outro carrega consigo, e quem é o outro na educação. [...] “A educação é comunicação, é diálogo” (1986, p, 69). Conforme Freire, ensinar é criar possibilidade para a estruturação do conhecimento e não apenas transferência, e o diálogo traz consigo essa construção de saberes, o respeito e o envolvimento com o outro sujeito.

## **1 PEDAGOGIA, SEUS CONCEITOS E EVOLUÇÃO**

Segundo David Hamilton (1989), no final do século XVIII, a expressão sala de aula para lições iniciou na língua inglesa. Já em Castelhana, era comum o ensino universitário na Idade Média, visto que era preservado o significado latino de “local onde o professor ensina a ciência e a disciplina que professa” (DUSSEL E CARUSO, 2003).

Não existia um lugar específico para os ensinamentos, de modo que as *scholas* (em latim), funcionavam de acordo com a disponibilidade de salas fornecidas pela igreja ou pelo município, ou então na casa do próprio professor, visto que como todos ficavam misturados, não existia separação de alunos por faixa etária, os professores apenas sabiam ler e escrever, dessa forma transmitiam para os alunos noções das primeiras letras, de catecismo e de cálculos.

Observa-se que a genealogia é muito utilizada para conhecer os antepassados ou até mesmo para ser trabalhada no primário como tentativa de entender a origem e ou a história de vida das crianças. De modo que, para alguns filósofos e historiadores, a genealogia traz consigo uma maneira diferenciada de ver o mundo, apresentando uma história com perspectivas de maneira crítica e interessada, elaborando um mapa de acordo com lutas e conflitos já travados, para então obter a compreensão de um posicionamento dos que venceram e dos que foram derrotados nesses entraves. Por intermédio da genealogia é que é possível ver e analisar decisões e providências que foram tomadas para então chegarmos a esse aspecto e configuração de sala de aula que temos e vemos hoje. (DUSSEL E CARUSO, 2003).

É necessário salientar que a sala de aula não se resume apenas em professores, alunos, mobiliário e todo o material didático, existe também uma organização governamental hierárquica e de comunicação entre os sujeitos que a compõem.

Nesse aspecto, Dussel e Caruso(2003), nos traz um conceito de governar muito voltado para a concepção de pedagogia, pois governar é conduzir uma população, da mesma forma a pedagogia também tem a função de tratar e de educar as consciências e os corpos, a missão de instruir o sujeito aos ideias de educação, onde o indivíduo tenha a capacidade de conduzir seu próprio pensamento e emoções durante todo o processo de ensino/aprendizagem.

Entende-se que a pedagogia se iniciou no espaço da igreja, na Idade Média, o ideário da pedagogia, nessa época tratava-se como uma grandeza relevante para a nova função de governar as almas. Entretanto, um grande problema da Europa estava instaurado, era discutido a maneira de como deveriam agir para que as pessoas se tornassem mais crentes, com um vasto conhecimento voltado para a Bíblia e não de forma desvairada, dentro deste contexto destaca-se a figura de Lutero que afirmava em suas pregações que a melhor maneira de colocar o crente em contato com a divindade seria por intermédio da leitura.(DUSSEL E CARUSO, 2003).

Para que tudo isso fosse colocado em prática, foi necessário traduzir a Bíblia de latim para a língua vulgar (alemão), dando espaço para desenvolver uma nova instituição que receberia o nome de escola elementar. Nesta instituição recém-criada, vê-se que era ensinado apenas ler, escrever e realizar as quatro operações. Vale ressaltar um considerável crescimento da alfabetização das mulheres nos países protestantes, pois deveriam ser instruídas para então poder educar e conduzir seus filhos de maneira precisa. Já a tendência dos calvinistas valorizava que a igreja deveria impor ordem e



disciplina a seus féis, podendo o próprio homem orientado pela igreja, dominar suas próprias paixões.

Em 1534, foi fundada uma nova ordem na Igreja católica, *Societas Jesu*, que fora conduzida, sobretudo por jesuítas com obediência direta ao Papa. Estes tinham o objetivo de combater a influência dos protestantes, no entanto, perceberam que para que isso acontecesse precisavam educar a juventude, e assim o fizeram, fomentando o crescimento de escolas e universidades, visto que apenas por intermédio do processo de escolarização poderiam alcançar o objetivo (DUSSEL E CARUSO, 2003).

Anne Querrien (1979, p.45) *apud* Dussel e Caruso (2003, p. 63), declara que a pergunta inicial da pedagogia era: Como dirigir e ensinar uma tropa de alunos, como governá-los? De modo que o único modelo disponível e apropriado para tal exercício, seria o militar. Porém a religião também possuía um outro modelo que seria o pastorado, pois para alguns pedagogos um grupo de alunos representava um rebanho, onde teria um pastor para apascentá-los e ou direcioná-los, no qual deveria existir uma obrigação moral do pastor para com o seu rebanho, e deste com relação ao seu pastor.

A pedagogia surgiu com uma nova força para moralizar as sociedades mesmo em meio a guerras e reformas na religião, com a chegada dos humanistas (grupo de intelectuais urbanos), propôs programas pedagógicos para as elites, futuros príncipes e cortesãos. Até então não existia uma preocupação para formular programas educacionais para a escola de massa e popular, porém entra a figura de um clérigo por nome de Comenio, este preocupado com a moralização de grandes massas e com a universalização da mensagem divina, escreveu várias obras voltadas para a educação.

Um importante livro no campo da pedagogia que foi a *Didactica Magna* (1632), que ajudou a estabelecer premissas para que se estruturasse a sala de aula moderna. Seus princípios firmavam-se em uma ordem natural, de modo que a resolução para qualquer problema se encontrava na natureza, (DUSSEL E CARUSO, 2003).

Conforme podemos observar no trecho abaixo:

[...] É nosso desejo que o método de ensinar alcance tal perfeição que exista, entre o que até agora era usual e corrente e este novo procedimento didático, a mesma diferença que admiramos entre a antiga arte de multiplicar os livros por meio da cópia e a arte de impressão dos livros, recentemente descoberta, mas que já se tornou costume (DUSSEL e CARUSO, 2003, p. 69).

Comenio desenvolvia a ideia do método e da ordem para o ensino elementar, porém sempre esteve ciente da tamanha ruptura que estava causando em relação as

formas de aprendizagem elementar do passado. Também sugeriu uma nova roupagem para as salas de aulas, que se tornassem um ambiente agradável e convidativo, com cores, cheia de luz e pinturas educativas nas paredes.

Na verdade, Comenio apresentava naquela época a sala de aula que hoje recebe a nomenclatura de “tradicional”, onde o professor é a figura central que transmite o conhecimento e os alunos o escutam e obedecem às regras estabelecidas. No entanto, era necessário que todos realmente escutassem o professor, mas não era o que estava acontecendo, de maneira que houve a necessidade de criar princípios para uma maior compreensão de ensinar e aprender. Trata-se de uma ideia de tradição oriental que não estava nem na tradição bíblica, nem na cristã: toda a Criação está impregnada de seu Criador, e este está na criação. (DUSSEL E CARUSO, 2003).

O ensino Global estava presente no ideal metodológico de Comenio, com o princípio unificador na sala de aula e o intuito de fazer sentir a divindade por meio da natureza. O docente aparecia com toda sua centralidade, como encarnação do uno (a divindade). Alguns alunos que se destacavam na sala eram colocados como monitores (que exercem vigilância, sobre os alunos, sob seus cuidados, para que cumpram seus deveres com maior precisão), no entanto, o professor não podia perder a autoridade central, visto que o importante e essencial era de adequar as almas conforme a natureza divina.” (DUSSEL E CARUSO, 2003).

Em 1599, foi criado no espaço da igreja católica, um regulamento denominado *Ratio Studiorum*, que seria uma norma pedagógica que se configurava como o maior pilar do sistema educativo jesuítico. Cuidava-se para que a fidelidade doutrinária fosse mantida, irrestritamente, evitando-se quaisquer textos, autores, questões polêmicas ou debates em discordância com a doutrina da Igreja, para que nada expusesse a fé e a piedade dos alunos.

Negrão (2000, p. 155) explica as atribuições contidas no *Ratio Studiorum*:

A *Ratio Studiorum* preceitua a formação intelectual clássica estreitamente vinculada à formação moral embasada nas virtudes evangélicas, nos bons costumes e hábitos saudáveis, explicitando detalhadamente as modalidades curriculares; o processo de admissão, acompanhamento do progresso e a promoção dos alunos; métodos de ensino e de aprendizagem; condutas e posturas respeitadas dos professores e alunos; os textos indicados a estudo; a variedade dos exercícios e atividades escolares; a frequência e seriedade dos exercícios religiosos; a hierarquia organizacional; as subordinações [...].

Nesse contexto, a sala de aula jesuíta se falava apenas o latim e eram ensinados conteúdos literários clássicos. Destacava a atenção individual, que se tornava um pouco

complicado devido a quantidade de alunos, de modo que criaram a figura do monitor para tentar conservar tanto a individualidade quanto a educação em massa.

De acordo com Durkheim, um dos princípios dos jesuítas era que “não pode existir uma boa educação sem um contato ao mesmo tempo contínuo e pessoal entre o aluno e o educador, e com duplo objetivo”. (DURKHEIM, 1992, p. 325). Cada pessoa haveria de obedecer e trabalhar sobre sua consciência cumprindo as ordens dadas; também é importante frisar que os jesuítas foram os primeiros a utilizar as notas escolares, devido a competição dos sujeitos individualizados na vida cotidiana da sala de aula, sendo as notas um incentivo à competição.

Em meados de 1680, La Salle organizou uma comunidade denominada “Irmãos das escolas cristãs”, com a incumbência de abrir escolas e casas para as crianças pobres, por intermédio de doações dos ricos ou de ajuda dos municípios, e conseqüentemente a rede de “escolas livres” se expandiu, mas somente as famílias cujos filhos frequentavam regularmente a escola recebiam donativos da fundação.

La Salle (1680) *apud* Dussel e Caruso (2003, p. 85) escreveu um Manual para os professores de sua ordem, que imediatamente se transformou em texto de orientação da pedagogia elementar. Este Manual se tornou ainda mais necessário à medida que a ordem crescia, incorporando mais professores à tarefa de ensinar crianças pobres. Criou um método simultâneo de leitura, onde cada criança deveria levar seu livro e que todos os livros fossem iguais, e que a cada sinal do professor representava uma ação que deveria ser feita, tornando assim a comunicação mais ritualizada e menos verbal.

Uma das maiores inovações introduzidas pelo método lasalleano foi a adoção da língua materna como primeira língua de ensino, pois era preciso muito menos tempo para ensinar a ler em francês do que em latim. Em sua obra *Conduta das escolas cristãs*, adotou diversas formas disciplinadoras, sendo uma vigilância constante sobre o corpo infantil e o sobre o corpo docente, produzindo assim um pastorado equilibrado entre o método global e a individualização. (DUSSEL E CARUSO, 2003).

Vale ressaltar que com relação aos castigos, La Salle e antes dele, os jesuítas afirmavam que não deveriam castigar o corpo e sim a alma (boa ou má consciência). La Salle sintetizou afirmando que a obediência grupal e individual se combinava, priorizando o método global. De maneira que se um errasse não haveria grandes destruições e era possível a correção, porém uma desobediência grupal, era considerada grave.

Em seu manual, La Sale nos mostra o quanto é imprescindível o uso de metáforas para termos uma compreensão melhor do que é uma escola e das coisas, pois elas nos dizem algo, que nos indicam muito mais do que pode aparecer, ou seja, a linguagem cria a realidade social, sendo um recurso decisivo no momento de definir as coisas.

### **1.1 Escola Pública no Brasil - Pedagogia do silenciamento para pobres, negros e excluídos**

No Brasil, as primeiras experiências sobre educação nos remontam ao trabalho dos jesuítas que tinha objetivo central ensinar as primeiras letras e catequizar os indígenas que aqui habitavam, nesse contexto, construiu-se uma pedagogia da inferiorização, silenciando, invisibilizando os conhecimentos dos indígenas, que permaneciam invisibilizados.

Esse embrião da “educação formal” trouxe traços do modelo ocidental burguês de educação e de sua evolução possibilitando-nos fazer compreender de onde vêm determinados hábitos, que ainda predominam nas escolas. Tais como: ouvir e respeitar ao professor, realizar leituras em voz alta, utilizar cadernos, valorizar a utilização de algumas obras em sala de aula em detrimento de outras.

Isso nos faz refletir que na educação não há lugar neutro nem posição de indiferença, toda postura na escola e na sala de aula, todas as estratégias utilizadas, todas as ações têm significados que produzem efeitos nos estudantes. Como diria Foucault (2000, p. 24): “O exercício do poder não é simplesmente uma relação entre parceiros individuais ou coletivos, é um modo de ação de alguns sobre os outros”. Essa forma de educação estava a serviço da salvação, era oblativa, individualizante.

Nesses espaços, a Pedagogia trazia como finalidade garantir disciplina, a leitura acontecia como forma de disciplinamento dos estudantes e envolvia textos sempre de cunho religiosos e moralizantes. Como princípio fundamental para uma distribuição eficiente, delimitava-se um local específico e fechado para as práticas disciplinares.

Posteriormente, no caso dessas escolas confessionais, “o modelo do convento se impõe pouco a pouco” (FOUCAULT, 2004, p. 122), prevalecendo o modelo do internato como o ideal educativo no Brasil, sobretudo para os estudantes de famílias mais abastadas. Os ministrantes das aulas, nos conventos e escolas eram frades franciscanos de “várias procedências” que se estabeleciam nas comarcas brasileiras.

Essa movimentação intelectual vivia porta adentro nos claustros sombrios, cá fora de alto a baixo a ignorância era completa, saber ler e escrever era coisa de raros (COSTA, 2011). Para além dos muros da escola, os indivíduos pobres que não tinham acesso à Educação formal desenvolviam práticas de leitura clandestinas, sob a forma de escuta de textos lidos por outrem, uma vez que Chartier (1999, p.123) traz o seguinte:

A alfabetização era rara e os livros, propriedade dos ricos, privilégio de um pequeno punhado de leitores. Embora alguns desses senhores afortunados ocasionalmente emprestassem seus livros, eles o faziam para um número limitado de pessoas da própria classe ou família. As pessoas que queriam familiarizar-se com determinado livro ou autor tinham amiúde mais chance de ouvir o texto recitado ou lido em voz alta do que de segurar o precioso volume nas mãos.

No final do século XIX e início do século XX, as poucas são as tentativas de organização da instrução pública, sobretudo pelos grandes empecilhos, um deles, e o mais grave problema no campo educacional da época era a quantidade insuficiente de escolas. Muitos prédios que atendiam ao propósito educacional eram casas de famílias alugadas. A sociedade abandonada contava com umas poucas “casa-escolas” distribuídas em poucas vilas e províncias que funcionavam de maneira precária para atender ao interesse público.

No ano de 1900, a educação do povo pouco interessava aos governantes, uma vez que as províncias viviam mergulhadas em extensas plantações e na vida rural. Assim, de alto a baixo, a falta de escolaridade no Brasil era completa, saber ler e escrever era privilégio de poucos, não sendo considerado coisa de grande importância pelos coronéis e os poderes instituídos no país (COSTA, 2011). Mantinha-se, nas políticas locais, a mesma estrutura do período colonial, com a permanente subalternização da população pobre, a quem eram negados quaisquer direitos que pudessem levá-la a melhorar de vida, subvertendo sua condição de subalternidade.

A partir de 1930, a educação brasileira sofreu significativas mudanças, o que eclodiu neste ano a Revolução impulsionada por questões sociais e políticas, a educação também passou a ser alvo de questionamentos e debates, alguns membros revolucionários passaram a ocupar cargos importantes administração do ensino.

Em 1932, um grupo de 26 educadores lançaram o manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, A reconstrução educacional no Brasil. Neste documento foram propostas e defendidas muitas soluções que, a partir de então, foram sendo aplicadas à educação brasileira.

Com este evento, fomentaram-se análises, debates e discussões e passou a se vislumbrar uma nova forma de se conceber a escola e o ensino, já deveria seguir os contornos de uma instituição progressista que destacava o princípio da aprendizagem por descoberta e que a atitude de aprendizagem surge do interesse do aluno.

A nova política educacional proposta no Manifesto tinha bases científicas. Os pioneiros enxergavam a ciência como a chave para o progresso da humanidade. Defendiam a defesa de mentalidade da população através da transformação das instituições de ensino com a introdução de critérios científicos. Assim, a “educação é encarada como um instrumento e a Ciência como um elo unificador. Desse binômio, extraía-se o perfil do educador, a estrutura da instituição escolar, a identidade do grupo pioneiro, enfim, a própria identidade da nação”. Xavier, (2002, p. 59):

Conforme Xavier, de forma resumida a proposta dos pioneiros apresentada no Manifesto seria:

um conjunto de medidas práticas pelas quais se pretendia fundar um novo sistema educacional – único, de base científica e sob a responsabilidade do Estado. O plano de reconstrução educacional previa ainda a laicização do ensino e a coeducação, introduzindo, dessa forma, valores realmente inéditos na estrutura educacional da época. (2002, p.48)

Nesse sentido, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova traz uma visão moderna de educação. A Educação Nova proposta pelos pioneiros vem pautada em princípios de ética nas relações sociais, com valores de autonomia, respeito à diversidade, igualdade, liberdade e solidariedade.

Anízio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e outros, estabeleceram uma renovação educacional que recebeu o nome de Manifesto dos Pioneiros. Era preciso organizar um sistema educacional adequado a estrutura moderna, para que os fracassos daquele período não se perpetuassem posteriormente. Tinha como objetivo renovar a escola tradicional apresentando propostas para a Educação brasileira, exaltando o exercício dos direitos dos cidadãos brasileiros voltado para a educação pública, gratuita, laica, de qualidade, firmada no método científico e na pesquisa. Propõe, ainda, uma base curricular que garanta a qualidade e a participação de todos os segmentos da população e não apenas dos mais privilegiados socioeconomicamente.

Dessa forma, conforme os pioneiros, com a esperança de mudança resolveria a situação em que a educação se encontrava e tornaria o educador mais crítico e consciente das capacidades administrativas que deveriam desempenhar, com uma nova

política educacional, traçada na formação do profissional da educação e nas influências industriais vigentes na época.

De fato, sua proposta educacional causou grandes repercussões na sociedade, sendo lembradas ainda hoje. A partir deste momento, surge uma nova concepção de educação em que as escolas passariam a ser consideradas como espaço democrático, ou seja, já se constata, para época, grande avanço no pensamento educacional brasileiro. Apesar das ideias avançadas, muito pouco se fez no país para efetivamente mudar a educação no Brasil.

Posteriormente, a partir de 1964, com o golpe militar no Brasil, o país passou a viver sob a Ditadura Militar. Nesse período, a Educação e sua pedagogia foram anunciadas como primordial para a formação de mão de obra minimamente preparada, para atender às necessidades do modelo econômico vigente e passa, também, a ser utilizada como estratégia de suavização das tensões sociais pelo atendimento às reivindicações populares.

O Regime Militar foi marcado pelo período de 1964 a 1985, de modo que todos os presidentes do país eram generais do exército, assim sendo, o país estava sob controle das forças armadas e foi justamente nessa época que os estudantes brasileiros passaram a ter uma nova disciplina que recebeu o nome de Educação Moral e Cívica, tendo por objetivo impulsionar uma atitude consciência cívica nos jovens, buscando ainda esvaziar o conteúdo crítico do currículo brasileiro.

Nas instituições de ensino, a bandeira do Brasil deveria ser hasteada ao som do hino nacional todos os dias ou uma vez por semana, cientes que a letra da música deveria estar na ponta da língua e quem soubesse cantar o hino de forma correta ganharia ponto positivo. A liberdade de organização e expressão era praticamente inexistente, organizações representativas da sociedade sofreram intervenções ou foram suprimidas.

## **2 CONTRIBUIÇÕES FREIREANAS - ESCOLA COMO UM ESPAÇO DE DIÁLOGOS E TRANSFORMAÇÃO**

A contemporaneidade nos remete a algo que passou por diversas transformações, no espaço escolar temos urgência na formulação de práticas pedagógicas, de novos currículos e de metodologias, de novas formas de avaliação que promovam a inclusão e

a visibilidade desses sujeitos. Gomes (2007, p.18) nos ajuda a compreender esse fenômeno,

Os currículos e práticas escolares que incorporam essa visão de educação tendem a ficar mais próximos do trato positivo da diversidade humana, cultural e social, pois a experiência da diversidade faz parte dos processos de socialização, de humanização e desumanização. A diversidade é um componente do desenvolvimento biológico e cultural da humanidade. Ela se faz presente na produção de práticas, saberes, valores, linguagens, técnicas artísticas, científicas, representações do mundo, experiências de sociabilidade e de aprendizagem. Todavia, há uma tensão nesse processo. Por mais que a diversidade seja um elemento constitutivo do processo de humanização, há uma tendência nas culturas, de um modo geral, de ressaltar como positivos e melhores os valores que lhe são próprios, gerando um certo estranhamento e, até mesmo, uma rejeição em relação ao diferente. É o que chamamos de etnocentrismo. Esse fenômeno, quando exacerbado, pode se transformar em práticas xenófobas (aversão ou ódio ao estrangeiro) e em racismo (crença na existência da superioridade e inferioridade racial).

Dentro deste contexto, ressaltamos que a escola atual vive e experimenta a diversidade que se materializa nos saberes, fazeres, práticas e culturas. Nessa escola diariamente reúnem-se diferentes sujeitos, marcados por distinções de raça, etnia, classe social e econômica, gênero, orientação sexual, composição familiar, pertencimento religioso, diferenças físicas, deficiências de todas as perspectivas, diferenças geracionais entre outros marcadores que aqui não vamos elencar.

A diversidade, portanto, faz parte do acontecer humano. De acordo com Gomes (2007, p.17):

[...] a diversidade é norma da espécie humana: seres humanos são diversos em suas experiências culturais, são únicos em suas personalidades e são também diversos em suas formas de perceber o mundo. Seres humanos apresentam, ainda, diversidade biológica. Algumas dessas diversidades provocam impedimentos de natureza distinta no processo de desenvolvimento das pessoas (as comumente chamadas de “portadoras de necessidades especiais”). Como toda forma de diversidade é hoje recebida na escola, há a demanda óbvia, por um currículo que atenda a essa universalidade.

Sendo assim, trabalhar com a diversidade na escola não é um apelo romântico do final do século XX e início do século XXI. Na realidade, a cobrança hoje feita em relação à forma como a escola lida com a diversidade no seu cotidiano, no seu currículo, nas suas práticas faz parte de uma história mais ampla. Tem a ver com as estratégias por meio das quais os grupos humanos considerados diferentes passaram cada vez mais a destacar politicamente as suas singularidades, cobrando que as mesmas sejam tratadas de forma justa e igualitária, desmistificando a ideia de inferioridade que paira sobre



algumas dessas diferenças socialmente construídas e exigindo que o elogio à diversidade seja mais do que um discurso sobre a variedade do gênero humano, (GOMES, 2007, p.22).

No entanto, percebe-se que é notório o quanto alunos e professores são massacrados mediante a falta de empatia, respeito, percebe-se que não existe uma compreensão voltada para o contexto familiar, para sua realidade e visão de mundo, isso é a diversidade atônita em busca de espaço. É assim que vive a escola, que se reinventa, que sofre, que faz sofrer, se debate e faz valer a inclusão para uns e a exclusão para outros.

Conceitua Gusmão (2003, p. 92) que:

O desafio da escola e dos projetos educativos que orientam nossa prática está no fato de que, para compreender a cultura de um grupo ou de um indivíduo que dela faz parte, é necessário olhar a sociedade onde o grupo ou o indivíduo estão e vivem. É aqui que as diferenças ganham sentido e expressão como realidade e definem o papel da alteridade nas relações entre os homens.

Observa-se que é necessária uma compreensão melhor de como lidar com a construção de sujeitos ou indivíduos sócio culturais, com as conexões que se estabelecem entre professor/aluno, ou com qualquer outro sujeito. Por não reconhecerem as diversidades dos educandos no espaço escolar são presenciadas corriqueiramente variadas cenas de preconceitos, com relação a cor, classe social, costumes, religião e até a maneira de se vestir faz com que o outro o julgue pela aparência, não existe nem sequer um tentar para aproximação voltada para uma boa conversa, ou o próprio diálogo em questão.

Diante desse contexto, recorremos a Paulo Freire (1987) que orienta os educadores a despertar no discente sua concepção mais libertadora, sensibilizando os mais desprovidos de posses e a margem da sociedade a compreender sua realidade e agir em favor de sua autonomia. Buscava propor uma prática educacional que libertasse a criticidade do indivíduo, onde este deixasse de ser mero receptor e obtivesse as rédeas de seus pensamentos.

No capítulo dois de seu livro, A Pedagogia dos Oprimidos, trata sobre “A concepção bancária da educação como instrumento de opressão”, neste capítulo ele explicita como muitos educadores desrespeita a diversidade em nome de prática bancária/ tradicional onde o educador simplesmente expõe seu conteúdo e seu aluno se

comporta como um ser passivo, pois se torna nesse contexto receptáculo de informações, que parece não saber o que fazer com tantas narrativas e simplesmente escuta tudo aquilo como um discurso vazio e sem fundamento, totalmente alheio à realidade que o cerca.

Freire (1998) denominava a essa educação tradicional o título de “Educação Bancária”, nesse aspecto não se leva em consideração o que o educando já sabe, mas coloca o educador em um patamar bem mais alto, sendo este o único a ser detentor do saber, utilizando um meio mecânico de aprendizagem, forma corriqueira de repetição, memorização e arquivamento das informações, sendo assim chamada de bancária.

Ainda nessa visão “bancária” da educação, ele diz que o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Vale lembrar que nesse processo está incutida a ideologia da opressão, pois existe sempre um sujeito que se diz detentor absoluto do poder, nesse caso do conhecimento, enquanto existe um grupo sendo coagido a não pensar, a simbolicamente ser vasilhas ou recipientes destes, sendo instrumentos fixos impedindo que de fato o conhecimento se estabeleça como um processo de busca constante do saber.

Dentro desse contexto diz que o educador reconhece, na absolutização da ignorância daqueles a razão de sua existência, ou seja, o educando se torna um mero escravo que está longe de ser alforriado olhando por essa ótica parasita da educação, fazendo parte de uma cultura do silêncio, sendo domesticado por uma gama de adeptos a educação bancária.

Sobre isso, Arroyo (2007, p.20) afirma que:

Ao mesmo tempo em que os educadores têm novas sensibilidades sobre si mesmos e sobre suas identidades, mudanças significativas vêm acontecendo nas identidades dos educandos. Também são “outros”, como crianças e adolescentes, como jovens e adultos. As identidades dos educadores sempre se conformaram em diálogo, até tenso, com as identidades dos educandos. Estamos em um desses momentos tensos.

Necessitamos guiar-nos na organização dos currículos, nas práticas pedagógicas pela lógica dos educandos como sujeitos do direito à formação plena, respeitada a especificidade de cada tempo de vida, sendo assim, precisamos reorganizar radicalmente o que ensinar e o que aprender a partir das diversidades dos estudantes. (ARROYO, 2007).

Para Gomes (2007), a relação entre diversidade, conhecimento e escola veio pra ficar, de modo que essa relação não diz respeito apenas a mudanças teóricas de

abordagens e pensamentos, mas principalmente na mudança da forma como o sujeito pertencentes a coletivos sociais diversos são tratados como desiguais nas relações de poder na sociedade, e como esses sujeitos hoje participam, interferem e ocupam os espaços das escolas públicas e nos desafia a uma outra produção de conhecimento mais participatória, e entender que os outros grupos sociais também produzem conhecimento e um outro tipo de reflexão teórica nas mais diversas áreas.

Paulo Freire (1987) em sua reflexão sobre educação se contrapõe ao que ele chamou de Educação bancária, propondo uma educação libertadora, inovadora, a terem opinião sobre o que ocorre ao seu entorno, dando ênfase que o conhecimento se constrói em uma parceria entre os indivíduos e o mundo. Segundo Freire (1996, p.33):

[...] Para o educador-educando, dialógico, problematizador, o conteúdo programático da educação não é uma adoção ou uma imposição- um conjunto de informes a ser depositados nos educandos, mas a devolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo daqueles elementos que este lhe entregou de forma desestruturada.

É nesse contexto que não se pode aceitar uma consciência mecanizada, mas é necessária uma consciência intencionada ao mundo, onde se perceba os problemas, as dificuldades dos homens em suas relações com o mundo e busque de maneira racional e coerente prováveis soluções sem se tornar um alienado.

A essência das teorias freireanas está em valorizar a cultura do estudante e explorá-la, afim de que esteja apto a ler o mundo que o cerca e o convida então, a deixar de ser coadjuvante dessa trama silenciosa e passar a ser protagonista de sua própria história, sendo um sujeito pensante e não meros objetos, até porque o ser humano é um ser histórico e como tal está em constante metamorfose se negando a se conformar com a inércia que a classe dominante quer lhe impor, mas assumindo a real função de sua existência.

A educação problematizadora, responde a essência do ser da consciência que é a sua intencionalidade como diz Paulo Freire (1987). Encontramos aí duas linhas antagônicas. A educação bancária serve a dominação e funciona como uma espécie de anestesia sucumbindo o poder criacionista dos educandos, enquanto a problematizadora serve a libertação, busca instigar no ser humano seu desejo de pensar e saber que suas ideias de algum modo podem transformar seu meio.

Nesse aspecto, observa-se por intermédio do diálogo uma troca entre educador e educando e ambos conseqüentemente vão sendo educados. Estes deixam de ser

recipientes dóceis de depósitos e passam a tornar-se investigadores críticos impulsionados por desafios constantes.

Paulo Freire nos traz uma tamanha reflexão da essência e da importância do que venha ser o diálogo, o próprio uso da palavra. De acordo com Freire (1987, p. 25):

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo.

Diante dos ensinamentos freireanos, entende-se que um problema a ser enfrentado nas escolas brasileiras é que não se tem profissionais preparados para receber crianças, jovens e adultos com suas diversidades, sejam elas de cor de raça, gênero, ou que apresentem alguma limitação cognitiva, mental ou física e por outro lado, temos pais que sequer conhecem os direitos garantidos em lei.

Destarte, entendemos que a educação deva ser um processo civilizatório, no qual por meio do conhecimento liberte os estudantes de suas amarras preconceituosas e lhes oportunize compreender melhor o outro, e se tornar mais sensível quanto a sua causa, respeitando suas individualidades, suas diversidades.

Algo que nos inquieta como futuras docentes é buscar meios que tentem despertar em uma geração movida pela tecnologia o resgate de seus valores, na qual uma conversa em família é substituída por diálogos em redes sociais, o ser está sendo engolido, bombardeado pelo ter; e é nesse meio tão egocêntrico que precisamos nos sobressair como educadores que não formem apenas alguém apto em determinadas áreas, mas forme pessoas que pensem repensem constantemente em como melhorar.

Considerando esse contexto, entende-se que a educação verdadeiramente inclusiva deve possibilitar um leque de oportunidades para todos os educandos, independente de sua etnia, religião, identidade sexual, sendo deficientes ou não, entende-se portanto que há que se respeitar as individualidades e especificidades dos discentes, demonstradas em sua forma de ser. A Declaração Mundial sobre Educação para todos (1990), no seu Artigo 3º, declarou que:

[...] é necessário universalizar o acesso à educação e promover a equidade, melhorando sua qualidade, bem como tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades. A luta de cada docente em sua sala de aula é criar um ambiente onde se permita enxergar o outro, respeitando suas diferenças, pois somos seres dotados de inúmeras peculiaridades”

Mas não se pode fazer isso sozinho, como já foi supracitado há uma necessidade de parceria com a família, despertando nesta o desejo de participar ativamente da vida escolar de seus filhos. Enfatiza-se, portanto, que a arte de educar requer uma parceria entre família, escola/ Estado e sociedade.

### **3 O PAPEL DO EDUCADOR E SUA ATUAÇÃO - FRENTE AOS DESAFIOS DAS DIVERSIDADES DOS EDUCANDOS**

Conforme mencionamos, este trabalho se configura com um percurso baseado em uma pesquisa bibliográfica, e nessa perspectiva Oliveira (2007), afirma que a pesquisa bibliográfica, corresponde a uma modalidade de estudo e de análise de documentos de domínio científico, sendo sua principal modalidade o contato direto com documentos relativos ao tema em estudo, ciente que o mais importante para quem faz opção pela pesquisa bibliográfica é ter a certeza de que as fontes a serem pesquisadas já são reconhecidamente do domínio científico.

Na pesquisa bibliográfica o pesquisador conhece o material escrito sobre a pesquisa e adquire a liberdade para criticar, discutir e acrescentar, tendo em vista que as obras são disponíveis para refletir sobre a construção do conhecimento e reafirmar conceitos e ideias já formulados.

Flick (2009, p. 62) estrutura a pesquisa bibliográfica em quatro eixos:

A literatura teórica sobre o tema a ser estudado; leitura de pesquisas empíricas realizadas anteriormente sobre o tema, ou similares; literatura sobre metodologia da pesquisa; literatura teórica e empírica para a contextualização, comparação e generalização das descobertas.

Com base na pesquisa bibliográfica e com a abordagem qualitativa, trataremos nas próximas linhas sobre o papel do educador e sua atuação – frente aos desafios das diversidades dos educandos.

A diversidade dos educandos, no âmbito étnico cultural, é uma preocupação recente, como pôde ser percebido da leitura das seções anteriores. Além de Paulo Freire, outros autores realizam estudos na área. Pode-se mencionar, por exemplo, os estudos que Pierre Bourdieu (1998) que nos expõe o capital cultural, conceito que remete ao capital herdado da família, das condições sócio-econômicas dos indivíduos a partir da classe social a que pertencem e de suas próprias capacidades.

Falar sobre diversidade e diferença implica posicionar-se contra processos de colonização e dominação. É perceber como, nesses contextos, algumas diferenças foram naturalizadas e inferiorizadas sendo, portanto, tratadas de forma desigual e discriminatória. É entender o impacto subjetivo destes processos na vida dos sujeitos sociais e no cotidiano da escola. É incorporar no currículo, nos livros didáticos, no plano de aula, nos projetos pedagógicos das escolas os saberes produzidos pelas diversas áreas e ciências articulados com os saberes produzidos pelos movimentos sociais e pela comunidade. (GOMES, 2007).

É necessário que haja um novo olhar para o outro, para as suas diversas identidades e diferenças, um olhar de empatia, sensibilidade e acima de tudo, um olhar de respeito, para que o outro se sinta integrante do grupo em ação e que a sua voz seja ouvida, que tenha a oportunidade de questionar e expor seus anseios e inquietações.

Entendemos que vem crescendo as sensibilidades nas escolas para com as identidades dos educandos e educadores, porque percebemos que implementar o diálogo se faz necessário para haja uma maior harmonia no espaço escolar. Dentro deste contexto, há que se ressaltar que a identidade de professor necessita sensibilizar-se diante da realidade e perfil dos educandos, que segundo Arroyo (2004) *apud* Arroyo (2007, p. 20):

Ao mesmo tempo em que os educadores têm novas sensibilidades sobre si mesmos e sobre suas identidades, mudanças significativas vêm acontecendo nas identidades dos educandos. Também são “outros”, como crianças e adolescentes, como jovens e adultos. As identidades dos educadores sempre se conformaram em diálogo, até tenso, com as identidades dos educandos. Estamos em um desses momentos tensos.

Assim, diariamente somos desafiados na escola a aprender a conviver com as diferenças do outro e buscar compreender que a identidade de cada indivíduo se constrói em determinado contexto histórico, social, político e cultural, visto que diversidade cultural e identidade andam lado a lado. (GOMES, 2007).

Seguindo essa perspectiva, Gomes (2007, p. 17), nos mostra sua concepção de diversidade:

Do ponto de vista cultural, a diversidade pode ser entendida como a construção histórica, cultural e social das diferenças. A construção das diferenças ultrapassa as características biológicas, observáveis a olho nu. As diferenças são também construídas pelos sujeitos sociais ao longo do processo histórico e cultural, nos processos de adaptação do homem e da mulher ao meio social e no contexto das relações de poder.

Concordando com a autora acreditamos que a escola, sobretudo a pública, é o lugar onde as diferenças se encontram, e o professor deve se tornar mediador de conflitos diante dos debates apresentados, é preciso que o docente traga para a sala de aula vivências significativas, conteúdos que interessam os educandos, pois é necessário que as experiências sociais dos professores e dos alunos estejam presentes nos currículos, posto que mestres e educandos são sujeitos de conhecimento, cultura e valor, e sobre isso Arroyo (2013, p.118), mostra-nos que “os docentes são pressionados a sair das grades curriculares e dos quintais de suas disciplinas e abrir-se à pluralidade de experiências, de indagações e de conhecimentos que elas carregam para incorporá-las”.

É necessário resgatar a função primordial do professor enquanto agente formador que oportuniza a construção e transformação dos alunos, desenvolvendo neles a concepção crítica e a cidadania.

Os alunos vão à escola em busca de assuntos atuais, interessantes, e que consigam atingir sua curiosidade e aguçar seu senso crítico, com liberdade de expor sua concepção referente a determinados temas, pois carregam consigo vivências e experiências que necessitam partilhar com o outro sujeito, para que possa haver uma maior compreensão dialética da vida. Vão em busca de uma rede de apoio, de quem os acolha e quem os compreenda, independentemente das diferenças sociais, de cor, de sexo, religião e costumes.

Arroyo, (2013, p. 123), afirma que:

Conhecer o real vivido, a pluralidade de experiências e formas de viver não é preocupação central ao longo do percurso escolar. [...] Preocupar-nos com suas experiências de números, de pré-letramento é pouco se suas experiências sociais mais determinantes são ignoradas.

Desta forma, a escola e o professor devem ter a função de acolher, ser um espaço afetivo na atenção com esses alunos, que em muitas vezes têm suas vidas atribuladas, propondo, portanto, estratégias que o façam refletir o desenvolvimento de suas capacidades e habilidades para se tornar um cidadão consciente de suas ações.

Seguindo nessa perspectiva, a Constituição Federal (1988) ressalta que: “todos são iguais perante a lei”, entende-se, portanto, que homens e mulheres devam ser tratados pela Constituição de forma igualitária, não havendo distinção entre os sexos. No entanto, ao contrário do que indica a Constituição o que se observa é que prevaleçam as injustiças, principalmente no campo educacional para estudantes negros pobres e em vulnerabilidade social.

Entretanto, o que se observa no Brasil é a negligência do Estado na adoção de políticas públicas educacionais, em um contexto de ameaças de consolidação dos direitos sociais, e que no atual cenário nacional percebe-se a necessidade de formação de educadores para que possam ampliar direitos e saberes dos educandos em situação de pobreza e vulnerabilidade social nos espaços escolares.

Nesse contexto, de acordo com Pierre Bourdieu (2009) a escola torna-se lócus disseminador da desigualdade à medida que desconsidera as diferenças individuais e coletivas dos educandos. Em outras palavras, uma educação que desenvolva a criticidade e autonomia dos educandos, por isso no espaço escolar necessita-se reconhecer a individualidade de cada um.

Na tentativa de romper com essa perspectiva, surgem indagações sobre o currículo presentes nas escolas e na teoria pedagógica que nos mostram um primeiro significado: a consciência de que os currículos não são conteúdos prontos a serem passados aos alunos. (GOMES, 2007, p. 9). As discussões sobre currículo incorporam, com maior ou menor ênfase, debates sobre os conhecimentos escolares, os procedimentos pedagógicos, as relações sociais, os valores e as identidades dos nossos alunos e alunas. (GOMES, 2007, p. 23).

Considerando esse contexto, entende-se que educação deve cumprir sua função libertadora, cabendo ao professor mediar com os sujeitos cognoscentes uma mudança real na realidade opressora que os cercam de caráter domesticador. (Freire, 2018). Ao lermos Paulo Freire nos deparamos com algo que ainda é muito atual, pois infelizmente a relação de opressor e oprimido ainda é muito forte, principalmente no campo educacional.

Quando falamos na relação entre oprimido e opressor nos arremetemos a uma série de injustiças e aprisionamentos, em um ambiente que deveria e deve ser libertador. Na visão de Freire é necessária uma pedagogia libertadora, onde o educador e o educando possam destruir uma relação vertical e construir uma relação horizontalizada, assim, o professor é visto como mediador no processo de ensino e aprendizagem.

Segundo Edgar Morin (2011), no tocante a educação há que se formar um “novo cidadão” que entenda sua realidade e o mundo, para que esse sujeito possa atuar na sociedade de maneira consciente. Nesse contexto, o professor não é aquele que apenas ensina, mas ele é o que estimula a aprendizagem, primeiro porque ninguém ensina o que outro de algum modo não perceba ou entoa seja estimulado, pois só aprendemos o



que nos toca afetivamente, humanamente, o que nos move, ninguém ensina o que outro já não esteja de algum modo pronto para saber ou queira saber ou interesse em saber.

Neste contexto, o livro a Pedagogia da autonomia nos mostra como o professor deve conduzir o próprio trabalho docente, e de como deve organizar seu pensamento como docente, enumerando as características importantes para que o professor desenvolva no seu aluno a autonomia, assim Freire (1998, p. 25) fala que:

Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende a ensinar e quem aprende ensina ao aprender. [...] Só existe o ensino quando este resulta num aprendizado em que o aprendiz se tornou capaz de recriar ou refazer o ensinado, ou seja, em que o que foi ensinado foi realmente aprendido pelo aprendiz.

Concordando com Freire entendemos que o educador democrático crítico, em sua prática docente, deve favorecer a capacidade de crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. Trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com que devem se aproximar dos objetos cognoscíveis, é uma de suas tarefas primordiais.

Já Arroyo (2013, p. 24) fala que, “os alunos nos exigem pensar, dar conta de sua educação, somos obrigados a aprender o que nem sempre aprendemos nos cursos de formação, de licenciatura ou de pedagogia – a sermos educadores (as)”.

Por isso o educador precisa ser um educador criador, instigador, inquieto, rigorosamente curioso, humilde e persistente. Deve ser claro para os educandos que o educador já teve e continua tendo experiência de produção de certos saberes e que estes não podem ser simplesmente transferidos a eles. Assim, educador e educandos, lado a lado, vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber.

Entendendo, pois, que é impossível tornar-se um professor crítico, aquele que induz em sua prática a memorização, induzindo os estudantes a serem repetidores de frases e ideias inertes, e não um desafiador (FREIRE, 1996).

O ideal então seria agir como nos ensinou Freire (1998, p.15):

Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Por que não estabelecer uma necessária “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? Por que não discutir as implicações políticas e ideológicas de um tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade?

Assim, o papel do professor é o de estimular o aprendizado, entendendo que a escola é lugar e espaço privilegiado para pensar, e que o ato de educar significa reconhecer que juntos, alunos e professores aprendem nas escolas, já que todos trazem muitos conhecimentos das experiências que já vivenciaram. Dessa forma, o papel do aluno é assumir-se como ser histórico e social, como ser pensante, comunicante, transformador, criador e realizador de utopias.

Então, professores e alunos podem perceber criticamente as razões que condicionam as situações nas quais se encontram como caminho para decisões, escolhas e intervenções, além disso, ensinam e aprendem simultaneamente, conhecem o mundo em que vivem criticamente e constroem relações de respeito mútuo, de justiça, constituindo um clima real de disciplina, por relações dialógicas, tornando a sala de aula um desafio interessante e desafiador a todos os envolvidos, como sugere Freire (1998, p.38) quando afirma que “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”.

Compreendendo, que os educandos devam ser os sujeitos centrais da ação educativa, e que foram eles, articulados ou não em movimentos sociais, que trouxeram a luta pelo direito à diversidade como uma indagação ao campo do currículo. (GOMES, 2007, p. 26). Esses movimentos sociais e culturais questionam currículos, interferem na política educacional/organizacional, reproduzem mudanças nos projetos pedagógicos, ou seja, possuem uma função primordial na configuração da sociedade.

É notório que existe uma nova sensibilidade nas escolas públicas, sobretudo, para a diversidade e suas múltiplas dimensões na vida dos sujeitos. Sensibilidade que vem se traduzindo em ações pedagógicas de transformação do sistema educacional em um sistema inclusivo, democrático e aberto à diversidade. (GOMES, 2007).

A relação de tensão entre aluno-professor, se imaginarmos a autoridade docente é decisiva autoritarismo, não. Mas a autoridade docente tem a responsabilidade por conduzir um processo pedagógico no qual está incluso também o ensino e a aprendizagem isso significa que eu tenho que fazê-lo para cumprir a minha tarefa de modo mais coerente possível e um dos elementos da eficiência na aprendizagem é a alegria, é o afeto, é a capacidade de prazer naquilo que se faz. Conforme Freire (1996): “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades ao aluno para sua própria construção”.

Ao longo do século XX sofremos várias mudanças na nossa sociedade na questão política, econômica e cultural, enfim e junto com essas mudanças a juventude foi seguindo vivendo e absorvendo coisas, isso está associado quando a sociedade vai se tornando mais complexa vão surgir atividade que demanda uma certa formação, as pessoas vão correndo para cidades fazendo relações comerciais à medida que crescem ficam mais difíceis e própria ideia que você tem que adquirir uma formação.

Diante dos fatos expostos, compreende-se que ensinar exige uma série de requisitos, dentre eles a pesquisa, sendo necessário conhecer algo desconhecido para comunicar o novo, pois é imprescindível deixar respostas inacabadas para que impulse o aluno a ir em busca de conhecimento. Ciente que o ensinar exige respeito aos saberes do educando, levando em consideração seus conhecimentos prévios, tudo o que o aluno vivenciou, discutindo os problemas por eles vividos para que haja uma intimidade entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que possuem como indivíduo, sendo a educação a ferramenta de transformação para qualquer cidadão.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste texto buscamos refletir sobre o papel da escola na atualidade, diante das diversidades dos educandos, Tendo em vista a necessidade de que todos, dentro do espaço escolar, se conscientizem de que o educador e o educando devem sempre utilizar o diálogo como troca de conhecimento, para que haja troca de saberes, e que se permitam adquirir um olhar empático, respeitando as experiências do outro. No tocante ao educador especificamente, ele necessita reconhecer a visão de mundo que os educandos adquirem com suas vivências diárias, reconhecendo a individualidade, suas histórias e culturas, ensinando e aprendendo a conviver com as diferenças do outro.

Entende-se que diversidade humana, como explicitamos, passou a receber ênfase, nos processos educativos, na contemporaneidade, a partir do reconhecimento de práticas, valores, conhecimentos, dentre outros, que passaram a valorizar todos os tipos de experiências de sociabilidade.

Trata-se do momento atual, em que a escola experimenta novos fazeres, reconhecendo a pluralidade de sujeitos com seus diferentes valores, origens, classes sociais, raças, tipos familiares. Isso significa que toda escola deve ter em suas políticas o respeito as singularidades dos educandos, reconhecendo a variedade do gênero

humano. Configurando-se como um verdadeiro desafio, de reconhecer as diferenças de forma positiva, como expressão da realidade.

Sob o prisma Freireano, entende-se que a educação deve ser vista como uma prática que respeita as diferenças, em contraposição a educação tradicional, trabalhada a partir da concepção de educação bancária – como instrumento de opressão. Deve-se dar ênfase ao conhecimento que é construído a partir da relação entre indivíduos e o mundo, numa relação de dialogicidade. A educação deve desenvolver a consciência intencionada ao mundo, em que os sujeitos se tornem capazes de perceber a realidade em que estão inseridos para buscar soluções para os problemas sociais.

Neste contexto, os conteúdos não devem ser vistos como prescrição, ou como uma imposição aos educandos, mas como uma devolução organizada e sistematizada de elementos que devem ser construídos coletivamente, conforme nos ensina Freire (1996) dentro e fora da sala de aula, enquanto processo civilizatório. Diante das diferenças entre os educandos, uma educação inclusiva deve partir do respeito às individualidades e especificidades dos discentes, promovendo-se a equidade e diminuindo as desigualdades entre os indivíduos. Esse é um papel da escola, da família, da sociedade e do próprio Estado.

São inúmeros os desafios dos educadores nesse contexto. Deve-se reconhecer, primeiramente, que a escola não pode ser um *locus* disseminador da desigualdade. Isso acontece na medida em que a diversidade deixa de ser reconhecida e enfatizada como uma qualidade inerente ao ser humano. Não se pode desconhecer a influência dos processos de colonização e dominação, que levaram, no contexto brasileiro, a grandes níveis de desigualdade econômica, cultural e social que se refletem na escola. O olhar para o outro se torna essencial para expor e superar os grandes problemas da sociedade brasileira, reconhecendo-se as diferenças com sensibilidade, empatia e respeito.

O professor tem um papel muito importante nesse contexto, de agente formador e transformador, que auxilia no processo de desenvolvimento da visão crítica do aluno, ciente de que é um mediador. A escola também tem sua função primordial, que é ser um espaço que reconheça a pluralidade de experiências e atitudes. Para que isto ocorra, a formação dos professores deve ter uma formação mais abrangente e ênfase no reconhecimento da diversidade, e a escola deve ter esse reconhecimento na base de suas políticas institucionais.

Os currículos não podem ser vistos como conhecimentos que têm de ser repassados, pura e simplesmente, do professor ao aluno, mas como conhecimentos que

devem incorporar as diferenças individuais, os valores, identidades, as relações sociais dos educandos, cuja construção deve observar, necessariamente, as capacidades de cada um.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Currículo, Território em disputa**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ARROYO, Miguel G. **Indagações Sobre Currículo: educandos e educadores: seus direitos e o currículo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

BURDIEU, Pierri. **Escritos em Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro do leitor ao navegador**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

COSTA, João Craveiro (1871-1934). **Instrução pública e instituições culturais de Alagoas e outros ensaios**. Coordenação editorial, apresentação de notas e biobibliografia por Elcio de Gusmão Verçosa e Maria das Graças de Loiola Madeira. Maceió: EDUFAL, 2011.

Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

DUSSEL, Inês, CARUSO, Marcelo. **A Invenção da sala de aula: uma genealogia das formas de ensinar**. São Paulo: Moderna, 2003.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre currículo: diversidade e currículo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

GONÇALVES, Aldair V.; FERRAZ, Mariolinda R. R. **Sequências didáticas como instrumento potencial da formação docente reflexiva**. Delta, v. 32, n. 1, p. 119-141, 2016. v.32.1. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/delta/v32n1/0102-4450-delta-32-01-00119.pdf>. Acesso em: 15 set. 2019.

GUSMÃO, Neusa M. **Antropologia e educação: origens de um diálogo**. Cadernos CEDES, v. 18, n. 43, p. 8-25, 1997. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32621997000200002&script=sci\\_abstract&tlng=p](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32621997000200002&script=sci_abstract&tlng=p). Acesso em 09 de setembro de 2019.

MORIN, Edgar: **A Educação e a Complexidade do Ser e do Saber** coleção: Educação e Conhecimento. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

NEGRÃO, Ana Maria Melo. **Método Pedagógico dos jesuítas: Ratio Studiorum**. Revista Brasileira de Educação, n. 14, p. 154-157, 2000.

OLIVEIRA, M. **Como fazer Pesquisa Qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

XAVIER, Libânia Nacif. **Para além do campo educacional: um estudo sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

Disponível em:

[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/S/Suzane%20da%20rocha%20vieira.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/S/Suzane%20da%20rocha%20vieira.pdf). Acesso em: 28 de março de 2019.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 05 de março de 2019.

Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,acervo-estadao-disciplina-educacao-moral-e-civica-foi-imposta-pela-ditadura,1162608>. Acesso em 23 de março de 2019.

Disponível em: <https://www.infoescola.com/educacao/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova/>. Acesso em: 22 de março 2019.

Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/regime-militar/>. Acesso em 23 de março de 2019.